

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA referentes a 31 de Dezembro de 2021 e 2020. Acompanhamos das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia.

seguros atores sanitários do mundo, alinhado ao compromisso da LOGA com o Meio Ambiente e a Qualidade dos serviços. O Programa Loga 4.0 continua trazendo resultados positivos para os indicadores de produtividade da Companhia que apresentam consistentes melhorias, em razão dos esforços contínuos em treinamento, produtividade e segurança, além de inovações nos equipamentos e destacada gestão no controle operacional.

9001 - Sistemas de Gestão da Qualidade e ISO 37001 - Sistemas de Gestão Antissuborno, com reconhecimento internacional, contemplando os processos de auditorias, gestão de metas, e planos de ação, os quais contribuem e apoiam a Alta Direção nos processos de Governança Corporativa.

A empresa também manteve doações em comunidades que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica. Foram 2000 cestas entregues a famílias, beneficiando mais de 8000 pessoas, nas subprefeituras da Brasíliaândia, Lapa, Pênis e Vila Maria.

Balanco Patrimonial - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
Tabela com colunas: Notas explicativas, 2021, 2020. Seções: Circulante, Não Circulante, Realizável a longo prazo.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Notas explicativas 2021 2020
Tabela com colunas: Notas explicativas, 2021, 2020. Seções: Circulante, Não Circulante, Patrimônio Líquido.

Demonstração do Resultado - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
Tabela com colunas: Notas Explicativas, 2021, 2020. Seções: Receita Operacional Líquida, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Receitas e Despesas Operacionais, Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
Tabela com colunas: 2021, 2020. Seções: Lucro líquido do exercício, Caixa e equivalentes de caixa, Fluxo de caixa de atividades operacionais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
Tabela com colunas: Capital social, Reserva de lucros, Lucros acumulados, Ajuste de avaliação Patrimonial, Patrimônio líquido.

1. Contexto operacional: A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga ("Companhia" ou "Loga"), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221 - Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços diversificados de limpeza urbana do setor denominado no Edital na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/04, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais a critério do Poder Concedente, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
Tabela com colunas: 2021, 2020. Seções: Lucro líquido do exercício, Ganho na remensuração do passivo de benefício definido, Total Resultado abrangente da Companhia.

Aumento/Redução nos passivos operacionais:
Tabela com colunas: 2021, 2020. Seções: Fornecedores, Partes relacionadas, Salários, benefícios e encargos sociais.

Ativos financeiros a VJ/R
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment.

Instrumentos de dívida a VJORA
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

Instrumentos patrimoniais a VJORA
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento.

ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 15 - Ativo fiscal diferido; reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra as diferenças temporárias; Nota explicativa 16 - Imobilizado; teste de redução ao valor recuperável; principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; Nota explicativa 23 - Recuperação e mensuração de provisões para riscos e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

iv Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais de fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo transferidos.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil exatino e a contraaprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e operacional, o desempenho e os fluxos de caixa.

Receita de prestação de serviços
Resíduos - As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado.

Coleta Pública e Privada
As receitas provenientes das prestações de serviços de coleta a entes públicos são decorrentes de: coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e desde resíduos de outros serviços à cidade. As receitas provenientes da prestação de serviços de coleta a entes privados são decorrentes de coleta e transporte de resíduos comerciais e industriais.

3. Modo funcional e modo de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Tratamento e Destinação final de resíduos
As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou depositados nos aterros.

5. Avaliação de perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

6. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

7. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

8. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6B13-B23F-72D4-A481> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6B13-B23F-72D4-A481



Hash do Documento

8A8784E37F4FC0C7D26373DD1AFBFFF366CC944DA3169E8F55515470E3FB87C1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/06/2022 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 28/06/2022 21:57 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Jun 28 2022 21:57:08 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.5032285 Longitude: -46.7030495 Accuracy: 11.55

IP 177.139.20.59

Hash Evidências:

167A72FE1A02B98C2194E9DF6EFEF7D04C6336C3BF06F22A4E829B53396C3045



Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA - CNPJ nº 07.032.886/0001-02

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oneroso - Custo de Cumprimento do Contrato: As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são representados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Instrumentos Financeiros: Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins. **Gerecimento dos riscos financeiros:** Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia. A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **a. Risco de Mercado: Risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices piùs fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data de encerramento do contrato. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

trimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos civis e trabalhistas:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e civis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **b. Benefícios a empregados:** **(i) Previdência privada:** As empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano patrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem contratuais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados e beneficiários relacionados ao serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de despesas a empregados, quando incorridas. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corrente ou serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação passa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Assistência médica:** A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribui ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando o seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados dessas despesas são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, analmente, por atitudes independentes qualificadas. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos empregados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **c. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de lucro corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido não reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos na data de cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **d. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25c. **k. Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inicialmente incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer pagamentos de arrendamento. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7. Novas normas e interpretações: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** A IFRS 17 e CPC 50 é uma norma aplicável a seguradoras e vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 8: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem (i) o que significa um direito de postergar a liquidação, (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, (iv) que somente se um derivativo embuído em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgar. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituí-lo ou requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituí-lo ou requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. De mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da mensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A Administração da Companhia está avaliando o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e irá divulgá-lo quando a norma entrar em vigor. **Alterações à IFRS 3 - Combinações de negócios - Referência à Estrutura Conceitual:** As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1999. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição de operação de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRS 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRS 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido:** As alterações proibem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos de venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cujos (a) recursos (a) na demonstração do resultado abrangente incluíam) esses recursos e custos. As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras. As alterações se aplicam às alterações pela primeira vez. A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos**

significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir. Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. **Hierarquia de valor justo:** O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa.

16. Imobilizado: O saldo é composto como segue:

Modalidade	2021				2020			
	Saldo	Adição	Baixa	Transferência	Saldo	Adição	Baixa	Transferência
Terenos.....	24.266	-	-	-	24.266	-	-	24.266
Beneficiárias em bens de terceiros.....	3.482	1.086	(96)	-	3.482	1.086	(96)	3.482
Máquinas e equipamentos.....	10% 14.939	(9.113)	5.826	6.804	10% 14.939	(9.113)	5.826	6.804
Veículos e equipamentos.....	20% 122.777	(56.354)	65.923	45.286	20% 122.777	(56.354)	65.923	45.286
Móveis e utensílios.....	10% 1.490	(714)	776	628	10% 1.490	(714)	776	628
Equipamentos de informática.....	20% 4.637	(3.166)	1.471	1.471	20% 4.637	(3.166)	1.471	1.471
Imobilizado em andamento.....	-	1.461	-	1.461	315	1.892	(736)	1.461
Total	172.562	(69.434)	103.118	82.778	172.562	(69.434)	103.118	82.778

As mutações do imobilizado de 2021 e 2020 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	2021				2020			
	Saldo	Adição	Baixa	Transferência	Saldo	Adição	Baixa	Transferência
Terenos.....	24.266	-	-	-	24.266	-	-	24.266
Beneficiárias em bens de terceiros.....	3.482	1.086	(96)	-	3.482	1.086	(96)	3.482
Máquinas e equipamentos.....	10.913	33.967	(1.873)	-	10.913	33.967	(1.873)	10.913
Veículos e equipamentos.....	1.226	266	(2)	-	1.226	266	(2)	1.490
Móveis e utensílios.....	4.151	520	(34)	-	4.151	520	(34)	4.637
Equipamentos de informática.....	315	1.892	(736)	1.461	315	1.892	(736)	1.461
Total	137.572	37.721	(2.005)	(736)	137.572	37.721	(2.005)	(736)

Depreciação
Beneficiárias em bens de terceiros..... (87) - - (87)
Máquinas e equipamentos..... (7.145) (2.060) 92 - (9.113)
Veículos e equipamentos..... (44.897) (13.330) 1.873 - (56.354)
Móveis e utensílios..... (598) (117) - 1 - (714)
Equipamentos de informática..... (2.654) (540) 26 - (3.166)
Total..... **(55.294) (16.134) 1.994 - (69.434)**

Depreciação
Beneficiárias em bens de terceiros..... (87) - - (87)
Máquinas e equipamentos..... (7.145) (2.060) 92 - (9.113)
Veículos e equipamentos..... (44.897) (13.330) 1.873 - (56.354)
Móveis e utensílios..... (598) (117) - 1 - (714)
Equipamentos de informática..... (2.654) (540) 26 - (3.166)
Total..... **(66.382) (16.738) 2.886 - (69.434)**

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment): Em 2021 e 2020, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estejam registrados do valor superior ao seu valor recuperável.

17. Direito de uso - arrendamentos: O saldo é composto como segue:

Ativo subjacente	Saldo em 31 de dezembro de 2021				Saldo em 31 de dezembro de 2020			
	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa	Adição	Transferência	Depreciação	Baixa
Edificação.....	5.687	257	(2.034)	-	4.210	257	(2.034)	-
Veículos e equipamentos.....	3.280	24.099	(8.456)	(221)	18.702	3.280	(8.456)	(221)
Total	8.967	24.656	(10.490)	(221)	22.912	8.967	(10.490)	(221)

Ativo subjacente
Edificação..... 6.800 711 (1.824) 5.687
Veículos e equipamentos..... 4.470 292 (1.482) 3.280
Total..... **11.270 1.003 (3.306) 8.967**

18. Fornecedores: O saldo é composto como segue:

Fornecedores	2021				2020			
	Saldo	Adição	Transferência	Baixa	Saldo	Adição	Transferência	Baixa
Partes relacionadas.....	24b	28.589	20.785	27.068	24b	28.589	20.785	27.068
Circulante.....	-	-	-	53.688	-	-	-	43.853
Total	24b	28.589	20.785	81.231	24b	28.589	20.785	71.921

19. Debêntures
Pagamentos de juros de juros do principal..... 12.526 452 (478) (12.500) -
Circulante..... - - - - -

19. Debêntures
Pagamentos de juros de juros do principal..... 25.080 1.151 (1.205) (12.500) 12.526
Circulante..... - - - - - 12.526

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie geografográfica, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fiduciária, sem emissão de cauteles ou certificados. As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentagão S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão. As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgadas pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3% ao ano. A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2022. **Garantias e cláusulas restritivas (covenants):** As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Este Ambiental S.A. em 37,653%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação. O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamentos menos disponibilidade dividida pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Companhia fez quitação do saldo da dívida liquidado totalmente a operação em 4 parcelas trimestrais no ano de 2021.

20. Empréstimos e financiamentos: Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %				Vencimento	2021	2020
	Pre-fixado de 3,50% a.a	TJLP de 1,40% a 2,40 a.a	CDI + 2,81% a.a	Out/2024 a			
BNDSES.....	-	-	-	Dez/2023	2.115	4.965	-
Capital de giro.....	-	-	- <td>Jul/2023</td> <td>2.290</td> <td>5.870</td> <td>-</td>	Jul/2023	2.290	5.870	-
Crédito direto ao consumidor.....	-	-	-	Out/2024 a	-	-	-
Finame.....	-	-	-	9,51% a.a.	33.000	41.232	-
Total	-	-	-		27.666	56.071	52.067

Circulante..... 17.459 16.107 47.612 35.960
Não circulante..... - - - - -

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2021				2020			
	Saldo	Adição	Transferência	Baixa	Saldo	Adição	Transferência	Baixa
Até 30 dias.....	-	-	-	252	-	-	-	252
Entre 31 e 60 dias.....	-	-	-	47	-	-	-	47
Entre 91 e 180 dias.....	-	-	-	4.127	-	-	-	4.127
Acima de 360 dias (a).....	-	-	-	10.488	-	-	-	10.488
Total	-	-	-	75.872	-	-	-	69.908

(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2008 e 2013, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos devido ao estágio de negociação junto a contraparte. O valor originou-se do atendimento da solicitação feita pelo poder concedente em outubro de 2004 para a realização da coleta de indivíduos (resíduos de varrição de vias públicas), quando o objeto do contrato de concessão firmava abrangia os serviços diversos. Conforme as cláusulas 11.8, 11.9 e 11.10 a Concessionária deveria ser remunerada pela prestação de tal serviço, o que não ocorreu de forma integral, resultando no processo administrativo aberto pela LOGA no ano de 2013 e que segue em andamento.

13. Imposto a recuperar: São compostos como segue:

Modalidade	2021		2020	
	Saldo	Adição	Saldo	Adição
IRPJ.....	436	398	2.677	11.903
Profnis.....	52	116	979	5.365
INSS.....	1.984	1.510	35	7
Outros.....	35	7	-	-
Total	6.021	19.183	6.021	19.183

14. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são compostos como segue:

Depósito Judicial	2021		202	
-------------------	------	--	-----	--

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BCA3-03BC-74BC-41E5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BCA3-03BC-74BC-41E5



Hash do Documento

90EAFE4569A4B821F245E1564084555F4CD024078E4CF9D4FA2DC88E872156E8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/06/2022 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 28/06/2022 21:56 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Jun 28 2022 21:56:23 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.5032253 Longitude: -46.7030558 Accuracy: 13.273

IP 177.139.20.59

Hash Evidências:

4AA64F86310D711FE65EBDE6494DC5282EC4F57AFB6C681FF241AF5C9B5719BD



Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA - CNPJ nº 07.032.886/0001-02

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Partes relacionadas: a. Remuneração de pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$ 5.964 (R\$5.449 em 2020). **b. Outras transações com partes relacionadas:** Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são demonstrados como seguem:

Saldo a receber	Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
2021	2020	2021	2020	
2021	2020	2021	2020	
2021	2020	2021	2020	
2021	2020	2021	2020	

26. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 22 de abril de 2021, a Companhia fez o capital social integralizado através de reservas de lucros em R\$ 10.152 sem aumento de capital social suscrito. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, de R\$44.409 (R\$34.216 em 2020), está totalmente suscrito, dividido em 44.409 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada uma. **b. Reserva de lucros: (i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(ii) Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07. **c. Outros Resultados Abrangentes:** O valor de R\$ 94 mil refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego. **d. Dividendos:** O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada "ad referendum" da Assembleia Geral. Em 2021, foi aprovado em assembleia à título de dividendos o montante de R\$47.190(R\$49.591 em 2020), já deduzida saldo negativo da conta de reserva de lucros no montante de R\$1.239, conforme quadro abaixo:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

27. Receita operacional líquida: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

28. Custos dos serviços prestados: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

29. Despesas comerciais: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

30. Despesas e administrativas: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

32. Receitas e despesas financeiras: São compostas como seguem:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

33. Contrato de concessão: Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir do outubro de 2021, renovável por mais de 20 anos e tem restabelecido a taxa de tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato. Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de centro de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos. **Ativo financeiro:** A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incidental de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. A receita reconhecida com relação à construção em 2021 e 2020 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020
2021	2020

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Carlos Alberto Vieira - Contador - CRC 1SP206556/O-0

Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 31 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a aderência do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dívida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2022.

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC-1SP230870/O-9

Publicidade legal em jornal é obrigação. Tá legal?

Não pode haver dívida a respeito: publicidade legal deve ser divulgada no Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. Continua valendo o que diz a lei 6404/76.

Empresas, contadores, administradores devem ficar atentos aos efeitos da perda de validade da Medida Provisória 892, que previa mudanças nestes procedimentos. A MP caducou no início de dezembro passado e, portanto, volta a valer a legislação vigente. A achamos importante dar este aviso porque muitos profissionais e empresários ainda não se deram conta desta mudança e podem incorrer nas punições previstas.

Traga sua publicidade legal para o jornal **Empresas e Negócios**, uma publicação com 17 anos de tradição, bons serviços e qualidade editorial.

Enube Tecnologia da Informação e Conteúdo Digital Ltda.

CNPJ: 35.789.978/0001-69 - NIRE: 35.235.768.366

Ata de Assembleia de Sócios

Data/Hora e Local: Ao dia 20 do mês de junho do ano de 2022, às 15:00h na sede da sociedade localizada no endereço atual da Avenida Nove de Julho, 3384, sala 71, Jardins, São Paulo - SP - CEP: 01406-000; **Presença:** dos sócios representando mais de 98% (noventa e oito) do capital social abaixo qualificados: a) **Thea Holding Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Nove de Julho, 3384, sala 71, Jardins, São Paulo - SP - CEP: 01406-000 com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP sob NIRE 35.235.409.802 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.216.312/0001-23, neste ato representado por seus sócios **Cristiano Brasil Sperb**, brasileiro, natural de São Paulo, solteiro "convivente em união estável", nascido em 06/04/1976, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 106.228.570-3 SSP/SP, portador do CPF/MF nº 734.481.410-20, residente e domiciliado na Rua Nebraska nº 251 - Apartamento 161 - Brooklin - São Paulo - SP - CEP 04560-010; **Bianca Heineken Paiva**, brasileira, design, nascida em 03/11/1978, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da Carteira de Identidade RG nº 27.479.456-1 SSP/SP expedida em 09/04/2007, inscrita no CPF/MF nº 273.974.968-65 com endereço residencial na Avenida Professor Alceu Maynard Araújo, nº 443 - Apartamento 62 Bloco 3, Vila Cruzeiro, São Paulo-SP, CEP:04726-160; e **Nicolas Alexandre de Carvalho**, brasileiro, programador, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 29/05/1994, portador do CPF nº 392.344.128-26 e da cédula de identidade RG nº 42.706.493-4 SSP/SP expedida em 26/10/2017, residente e domiciliado na Rua Edney José Wolters, 69 - Extrema - MG - CEP: 37640-000; b) **Bianca Heineken Paiva**, brasileira, design, nascida em 03/11/1978, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da Carteira de Identidade RG nº 27.479.456-1 SSP/SP expedida em 09/04/2007, inscrita no CPF/MF nº 273.974.968-65 com endereço residencial na Avenida Professor Alceu Maynard Araújo, nº 443 - Apartamento 62 Bloco 3, Vila Cruzeiro, São Paulo - SP, CEP:04726-160; **Ausente:** Renato Kiyoshi Hisatugu Botum, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 18/12/1993, portador da Carteira de Identidade RG nº 38.952.952-7 SSP/SP expedida em 02/02/2012, inscrito no CPF/MF nº 432.000.508-29 com endereço residencial na Rua Conde de Itú, 120 - Apartamento 411 - Jardim Santo Amaro - São Paulo - SP, CEP:04741-000, após convocação mediante correio eletrônico (email) e carta registrada. **Composição da Mesa:** Cristiano Brasil Sperb como presidente e Bianca Heineken Paiva como secretária. **Ordem do Dia:** Deliberação e Votação sobre a exclusão do sócio Renato Kiyoshi Hisatugu Botum. **Deliberações:** com aprovação unânime de 98% (noventa e oito) dos sócios representando a maioria do capital social da sociedade, e após esgotadas todas as formas de contato e convocação do sócio Renato Kiyoshi Hisatugu Botum por meio de correio eletrônico (email) e envio de carta registrada de convocação sob o número de controle BF 58950342 O BR recebida no endereço do sócio no dia 14/06/2022, os sócios decidem em comum acordo pela exclusão da sociedade do sócio Renato Kiyoshi Hisatugu Botum, a contar da data da presente ata. **Ordem do Dia:** a empresa declara expressamente que cumpriu todas as formalidades legais pertinentes, e em comum acordo com o que determina o contrato social vigente. **Encerramento e Aprovação da Ata.** Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes: São Paulo, 20 de junho de 2022. **Cristiano Brasil Sperb** - Presidente, **Bianca Heineken Paiva** - Secretária, **Thea Holding Ltda** Por: Cristiano Brasil Sperb, **Thea Holding Ltda** Por: Bianca Heineken Paiva, **Thea Holding Ltda** Por: Nicolas Alexandre de Carvalho, **Bianca Heineken Paiva** - Sócia, **Cristiano Brasil Sperb** - Administrador.

Edital de Citação Prazo de 30 dias. Processo Nº 1027998-69.2019.8.26.0224 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ªVC, do Foro de Guarulhos, Estado de SP, Dr(a). Beatriz de Souza Cabezas, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Embargre Embalagens Ltda, CNPJ Nº 04.868.093/0001-21, que RDM Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multissetorial LP, ajuizou a ação Monitória no valor de R\$ 119.884.91, devidamente atualizada e, efetuou o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou presente embargos ao mandado monitorio, nos termos do artigo 701 do CPC, Referente à nota promissória que foi inadimplida injustificadamente. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Estão-se em lugar ignorado, foi deferida a sua Citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste a ação sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos alegados no inicial. Ficando advertido de que Será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Guarulhos, aos 14 de junho de 2022.

Blockchain e Governança: transparência e sustentabilidade

Hugo Bethlem (*) e Suelen Silva ()**

O que o blockchain tem a ver com o ESG? Como eles se completam e se desenvolvem em conjunto? O blockchain é um conceito que não é tão novo, nascido há mais de 14 anos, que caminha a passos lentos no Brasil. Em parte, a ideia de gerir um network descentralizado - onde as negociações e informações vão de uma ponta a outra protegidas contra a corrupção e manipulação -, ainda é confusa na cabeça de executivos e lideranças. Que dirá então se juntarmos o fato aos meios ambientais, sociais e de governança (ESG). O blockchain trouxe credibilidade e confiança nas trocas de informações sem intermediários, alcançando as vertentes de transparência e segurança, criando um novo elo nas relações humanas e claro, tecnológicas.

O uso cada vez mais crescente do cloud computing, que preza por essa segurança do blockchain, traz maior escalabilidade e acessibilidade às pequenas, médias e grandes empresas e, conseqüentemente, à população. Ao poder assinar e enviar um documento digitalmente - benefícios dessas tecnologias -, estamos falando de uma viagem de carro a menos sendo realizada, um possível acidente sendo evitado. Não é por menos que pesquisas apontam que é possível prevenir a emissão de mais de um bilhão de gases do efeito estufa. Com o fortalecimento dessa base tecnológica, o ESG ganha cada vez mais. É possível conhecer toda a cadeia de produtos e as informações que ele carrega consigo, sobre como foi feito, por quem foi feito, se houve desmatamento, qual foi a logística para ele chegar até a população. Na outra ponta, correndo paralelamente a isso, temos o envolvimento de pessoas e da cultura das empresas, que se alteram conforme o uso da tecnologia. Quanto mais credibilidade eu tenho, quanto mais informação segura eu possuo, mais posso mudar o meu modelo de negócio e os processos de tomadas de decisão, que impactam diretamente em pessoas. Isto é repensar em profissões e engrenagens, ainda que levem tempo. No Brasil, há muitas deficiências em relação ao ESG, e, apesar de demorado, não é utópico, a velocidade da disrupção tecnológica supera qualquer atraso. Vemos como acontecem as acelerações tecnológicas por meio da força dos quatro "D's": digitalização, disrupção, desmonetização e a democratização. Um exemplo é a energia solar (altamente sustentável), que no conceito de blockchain tem identificação sobre seu uso e o quanto está devolvendo para a rede. Em 1977, quase 50 anos atrás, o custo de 1 kilowatt (kw) era de US\$ 77 dólares, hoje ele é de US\$ 0,50 centavos de dólares, e a tendência é de que seja de US\$ 0,1 centavo de dólares. Ou seja, as tecnologias vão barateando e vindo a serviço das pessoas. Por isso, a transparência deveria estar disponível para todas as empresas, pois ajuda na construção de organizações éticas. O blockchain pode trazer muito mais sustentabilidade, rastreabilidade, e confiança, e um dos benefícios é reduzir uma série de impactos ambientais. Trazer, no campo de auditoria, para a alta liderança a questão de compreensão, o entendimento sobre o que é Blockchain, os benefícios, para que isso chegue a ser uma realidade para a empresa, e destravar essas barreiras ao avançar esses benefícios, é uma nova ressignificação e postura dos profissionais, que levarão essa checagem de informações do início ao fim.

(*) - É CPO da Bravo GRC, uma consultoria em tecnologia para GRC e ESG que integra pessoas e processos, para elevar o grau de conhecimento e consciência das organizações; **(**) - É Head de Research da Bravo GRC.**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E9B0-168A-CCA4-CAE9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E9B0-168A-CCA4-CAE9



Hash do Documento

5290BB136F8BC0AD03FD8ECEA687A48174628BB8572CC27229E70D7D63457B66

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/06/2022 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 28/06/2022 21:55 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Jun 28 2022 21:55:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.5032253 Longitude: -46.7030558 Accuracy: 13.273

IP 177.139.20.59

Hash Evidências:

A7586D9F3B397AA9C722071278DBBCBE4B0BFFBC7782A12F426F1F62DE7DFEA9



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasnegocios.com.br/publicidade_legal/logistica-ambiental-de-sao-paulo-s-a-loga-2/

 **Empresas**
& **Negócios**